



Relatório da Reunião 03/2010 dos Colegiados de Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais

Data: 01 e 02 de junho de 2010

Cidade: Rio do Sul

Nos dias 01 e 02 de junho de 2010, na cidade de Rio do Sul, ocorreu a terceira reunião do ano dos colegiados de Contadores e Controladores Internos Municipais. Estiveram presentes os representantes das associações: AMURES, AMMVI, AMUNESC, AMARP, AMPLANORTE, AMAUC, AMNOROESTE, AMVALI, AMMOC, AMREC, AMAVI, AMURES, AMOSC, GRANFPOLIS E FECAM.

No dia 01, conforme demandado na reunião anterior foram apresentados os estudos sobre a Base de Cálculo do PASEP e Recondução dos Limites de Pessoal. Os assuntos Controle da Dívida Fundada e Contabilização e Planejamento Financeiro dos Precatórios não foram apresentados, ficando pautados para a próxima reunião.

Sobre o Estudo relativo à Base de Cálculo do PASEP, surgiram as seguintes demandas:

Fazer uma consulta junto a Receita Federal para verificar se a transferência para fundações é ou não deduzida da base de cálculo do PASEP, e, em caso positivo, como funciona o procedimento.

Quando a fiscalização o Auditor analisa o balanço do Município consolidado ou individual. É importante esta informação, pois caso a análise seja pelo balanço consolidado as deduções das transferências se tornam nulas.

Quanto ao RPPS, qual é a base de cálculo?

Esta consulta será formulada pelo departamento jurídico da FECAM.

Enquanto não temos a resposta da Receita Federal, segue memória de cálculo para o pagamento do PASEP:

Base de Cálculo
Receitas Correntes
Transferências Correntes
Transferências de Capital
Deduções da Base de Cálculo
Transferências recebidas do FUNDEB (Código da Receita 1724)
Transferências a Consórcios (despesa)
Estão fora da base de cálculo
Receitas de Capital
Operações de Crédito
Alienação de Ativos



Assuntos da pauta para discussão:

1- Regulamentação dos Consórcios Públicos.

A FECAM fará um seminário sobre consórcios públicos onde serão discutidos os assuntos de licitação, pessoal e contabilidade. A princípio definiu-se o dia de 19 de julho de 2010 para a execução do evento.

Como membros da comissão organizadora foram nomeados os senhores Alexandre Alves e Rodrigo Guesser (FECAM), José Rafael Correa (AMMVI), Valmir Batista (AMAVI) e Gilberto Brasil (GRANFPOLIS).

2- Recursos da COSIP que no exercício de 2010 não são demonstrados em conta bancária.

Foi colocado que a CELESC não tem feito o depósito bancário da receita da COSIP, o que gera dúvida quanto à contabilização da despesa.

Ficou estabelecido que mesmo não havendo a entrada da receita a mesma deve ser lançada; em contrapartida, o empenho deve ser realizado pelo valor total da despesa.

Ainda relacionado à COSIP, foi colocado que a CELESC tem entrado em contato com os municípios para fazer aditivo ao contrato e colocado que a obrigação da destinação final do lixo elétrico é do município. Sugere-se que cada município faça uma leitura do seu convênio e observe quais são os seus direitos e suas obrigações para então discutir com a CELESC.

3- Contribuição Previdenciária de servidores do estado que estão cedidos, licenciados e trabalhando nos municípios – parte patronal, retenções e informações aos Institutos.

O assunto foi explanado pelo advogado e assessor jurídico da FECAM Ericksen Pratzel Ellwanger.

O material da apresentação será disponibilizado no site da FECAM juntamente com os relatórios das reuniões dos Colegiados.

4- A CNM/FECAM, enquanto entidade que recebe recursos públicos, não deveria prestar contas mensalmente aos municípios que fazem a devida contribuição?

As entidades municipalistas, a exemplo da CNM, FECAM e demais Associações de Municípios, podem, segundo o Prejulgado n. 0955 do TCE/SC, receber contribuições para sua manutenção desde que estes recursos estejam previstos na LDO e na LOA. Segue o teor do prejulgado apontado:

São legítimas as contribuições mensais dos Municípios para manutenção de associações de municípios, desde que tais despesas sejam instituídas por lei e estejam previstas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela respectiva Lei do Orçamento, conforme as normas previstas pela Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Complementar nº 101/00.



As entidades acima citadas elaboram sua Prestação de Contas de acordo com o estabelecido em seu estatuto, o qual é aprovado pelos prefeitos que fazem parte da diretoria dessas entidades.

Como exemplo citou-se a FECAM, que tem estabelecido em seu estatuto que a prestação de contas deve ser apresentada trimestralmente ao seu Conselho Fiscal.

Foi colocado também que, além da apresentação da Prestação de Contas ao conselho, as atividades dessas entidades são demonstradas continuamente através de seu web site, bem como em reuniões com os municípios.

5- Lei 12.232/2010 – Contratação de serviços de publicidade.

O assunto foi explanado pelo senhor João Eduardo (AMNOROESTE).

Foi deliberado que este assunto será estudado por uma equipe e apresentado na próxima reunião dos Colegiados como tema de estudo. (João Eduardo e Ericksen)

6- Hoje os valores pagos a título de Salário Maternidade são empenhados e reconhecidos dentro do grupo 3190 (pessoal e encargos) e suportados pelo executivo municipal. Posteriormente são abatidos na GPS - Guia de Recolhimento de Previdência Social. Assim, pode o respectivo valor ser também deduzido do compute da despesa de pessoal e encargos do Anexo I de Gestão Fiscal?

CONTABILIZAÇÃO SALÁRIO FAMÍLIA

1. Empenhar a folha normalmente sem o salário família – INSS e pagar;
2. Fazer o lançamento contábil de antecipação do salário família – INSS:
 - D – 1.1.2.1.9.01.00 – salário família
 - ~~C – 2.1.2.1.9.01.00 – salário família~~
 - C – 2.1.1.1.1.02.00.00.00.XXXX – INSS –Salário Família
3. Fazer Despesa Extra-orçamentária para o pagamento do salário família para os servidores;
4. No momento do pagamento do INSS:
 - a. Fazer Despesa Extra-Orçamentária da parte do segurado;
 - b. Fazer empenho bruto do INSS;
 - c. No pagamento, fazer desconto do salário família diretamente na conta do Ativo 1.1.2.1.9.01.00.

CONTABILIZAÇÃO DEPÓSITOS JUDICIAIS (Nota Técnica STN 827)

1. Baixa do banco:
 - a. Fazer empenho, liquidar e pagar. 3.1.90.67, 3.3.90.67, 4.5.90.67, etc.

2. Inscrição no Patrimônio:

D – 1.1.2.5.1.02.00 – Depósitos Judiciais

C – 6.2.3.1.7.06.02 – Recursos Vinculados

7- Em 2009, foi licitado, empenhados valores relativos a determinada obra, os quais abriram 2010 como Restos a Pagar (não processados). Eram suportados por recursos de convênio (caixa). Em abril de 2010 o município recebe em ato formal o comunicado de desistência de execução de obra por parte da empresa vencedora. Sem prejuízo das sanções previstas para a empresa, fica o município na obrigação de licitar novamente a obra. Como empenhar novamente se a anulação não se concretiza em novo superávit orçamentário? Não há mais tempo hábil para aguardar 01/01/2011! Caso justificável qual o procedimento mais indicado? Como fica a interpretação do item A.16 do Anexo II da Decisão Normativa n. 06/2008 pelo TCE quando do julgamento das contas?

Foi deliberado que o senhor Wladimir Steiner (AMMVI) fará uma consulta junto ao TCE-SC para saber o procedimento a ser adotado. Além da consulta será também agendada reunião com a DMU para tratar o assunto e ter resposta em tempo mais curto.

8- Lei sobre Requisições de Pequeno Valor – Precatórios.

O assunto foi explanado pelo advogado Ericksen Prätzel Ellwanger da FECAM, apresentação disponível na página da FECAM.

Foi deliberado que a AMMVI disponibilizará a relação de municípios de sua região que possuam precatórios, bem como Joinville e Canoinhas.

9- LC 131/2009, aplicabilidade para os municípios com mais de 100.000 habitantes

Foi publicado no dia 17 de maio de 2010 o Decreto 7185 que regulamenta a Lei Complementar 131/2009 (Lei da Transparência Fiscal).

Dentre seus artigos deu-se maior importância ao Artigo 7º, que trata das informações a serem publicadas em tempo real.

"Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

- a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;
 - b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
 - c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
 - d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
 - e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
 - f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;
- II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:
- a) previsão;
 - b) lançamento, quando for o caso; e
 - c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários."

10- Ciclo de Estudos 2010

Conforme deliberado na reunião anterior segue abaixo as datas e locais dos Ciclos de Estudo:

- 13/07/2010 – Florianópolis (GRNAFPOLIS);
- 15/07/2010 – Criciúma (AMREC E AMESC);
- 16/07/2010 – Tubarão (AMUREL);
- 20/07/2010 – São Miguel do Oeste (AMEOSC, AMERIOS, AMNOROESTE);
- 21/07/2010 – Chapecó (AMOSC E AMAI);
- 22/07/2010 – Concórdia (AMAUC);
- 27/07/2010 – Rio do Sul (AMAVI);
- 28/07/2010 – Blumenau (AMMVI E AMFRI);
- 29/07/2010 – Jaraguá do Sul (AMVALI, AMUNESC E AMPLANORTE);
- 03/08/2010 – Videira (AMARP);
- 04/08/2010 – Joaçaba (AMMOC E AMPLASC);
- 05/08/2010 – Lages (AMURES).



Foi deliberado que se deve sugerir ao TCE a limitação do número de vagas por município de modo a evitar falta de lugares, além de não permitir que municípios de uma determinada região participem da etapa do Ciclo de Estudos de outra região.

11- Processos de Prestação de Contas do Administrador – PCA.

Solicitou-se que se marque uma reunião com o TCE para debater sobre os documentos requisitados na PCA, uma vez que por sua extensa quantidade torna-se inviável fotocopiá-los.

Para esta reunião foram nomeados como representantes os senhores Gilberto Brasil (GRANFPOLIS), José Rafael Correa (AMMVI) e Alexandre Alves (FECAM).

12- Atos de Pessoal IN TC 07/2008 e 08/2010

A partir da IN 07/2008 os órgãos de Controle Interno devem emitir parecer sobre a legalidade dos atos de admissão de pessoal, acontece que por interpretações equivocadas o TCE-SC alterou esta Instrução Normativa incluindo o referido parecer para as admissões em caráter temporário – ACT's e outras alterações quanto a prazo.

Instrução Normativa 07/2008

Dispõe sobre envio de documentos e informações necessários à apreciação e registro de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva e pensão, pelo Tribunal de Contas do Estado.

Instrução Normativa 08/2010

Altera a Instrução Normativa nº TC. 07/2008 que dispõe sobre envio de documentos e informações necessários à apreciação e registro de atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, transferência para a reserva e pensão, pelo Tribunal de Contas do Estado.

O Senhor Vladimir Steiner (AMMVI) encaminhará ao grupo do colegiado o modelo de parecer que criou para seu município para que seja disponibilizado aos demais municípios.

13- Assuntos Gerais:

a) Saldo negativo nas contas de Compensado do Balanço Patrimonial:

A FECAM irá fazer uma consulta a DMU sobre as Contas do Compensado que foram apresentadas no Balanço Patrimonial de 2009 com saldo negativo.

b) Diferença no Extrato do e-Sfinge e as informações publicadas pelo TCE-SC:

A Senhora Angelita (AMOSC) irá encaminhar como exemplo a situação de um município que demonstra diferença na informação publicada pelo TCE e o extrato do e-Sfinge.

c) Detalhamento da Receita:

A FECAM entrará em contato com o TCE para verificar a situação atual da análise da Tabela de Detalhamento que o mesmo ficou de fazer conforme deliberado na reunião do dia 27 de abril de 2010.

d) Recondução dos Limites de Pessoal:

Segundo Rafael (AMMVI), foi apresentado na marcha dos Prefeitos realizada em maio do corrente ano um Projeto de Lei cujo objeto é desvincular o FUNDEB do gasto de pessoal.


Foi sugerido pelo grupo que se leve este projeto para todos os programas do governo federal. A FECAM providenciará um ofício fazendo referida sugestão.

Ademais, Rafael colocou que não existe um estudo sobre o crescimento da folha do município. No ano de 2009, o crescimento da receita não acompanhou o crescimento da despesa.

e) Estudos para a Próxima reunião: Dias 18 e 19/08/2010 - Lages

- Relatórios da LRF (Rafael-AMMVI)
- Controle da Dívida Fundada (Liliane-AMFRI, Patrícia-AMUREL e Morgana-AMPLANORTE)
- Contabilização e Planejamento Financeiro de Precatórios (Andresa-AMAI, Anne-AMURES e Valmir-AMAVI)
- Publicidade Lei Federal n. 12.232/2010 (João Eduardo-AMNOROESTE e Ericksen-FECAM)
- Equipamentos de proteção individual (Marcos-AMUNESC, Ericksen-FECAM, Elza e Flavia-AMARP, Valmir-AMAVI e Volnei-AMURES)

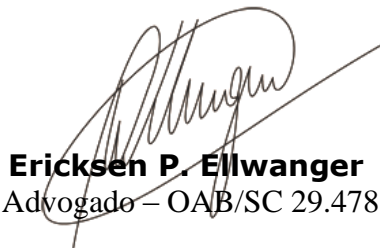
Florianópolis, 14 de junho de 2010.



Alexandre Alves
Coordenador do Colegiado



Rodrigo G. Guesser
Contador da FECAM



Ericksen P. Ellwanger
Advogado – OAB/SC 29.478